

**INGRESSO AO GINÁSIO:
OS MANUAIS DE PREPARAÇÃO AO EXAME DE ADMISSÃO (1950 - 1970)**

Tatiane de Freitas Ermel
Professora de História/Monteiro Lobato
tati.ermel@yahoo.com.br

Maria Helena Camara Bastos
PPGE-PUCRS
mhbastos@pucrs.br

Eixo temático I: ensino secundário, técnico/médio

RESUMO

A Educação Brasileira utiliza os exames em diferentes níveis e graus, tradição que remonta o século XIX. O exame de admissão foi instituído em 1911, para permitir a passagem do primário para o ginásio, sendo adotado até a lei 5692 de 1971, quando o primário e o ginásio são integrados como 1º Grau. Cada exame tem uma história particular. O presente estudo aborda uma face dos exames de admissão: a produção e circulação de manuais especialmente destinados a preparar os alunos para as provas, representando um expressivo mercado editorial. Foi produzida uma significativa literatura escolar especialmente para preparar os alunos para esse exame, com autores consagrados.

Palavras-chaves: exame de admissão, manuais didáticos, literatura escolar, ensino primário.

INTRODUÇÃO

Como proclamara o profeta Daniel da Bíblia (numa famosa frase que a professora Dorotéia usava para descrever a situação dos alunos reprovados), eu havia sido pesado e considerado muito leve. A balança bíblica avaliava as virtudes religiosas (...) Moacyr Scliar (2010, p.155)

E a balança escolar, o que avalia, com que mecanismos e dispositivos? O exame tem se constituído uma barreira escolar para aqueles que seguem o ensino regular no seu todo – exame vestibular, provão, ENEM, ENADE.

O sistema escolar, propondo-se em suas metas igualdade de oportunidades educacionais para todos, dissimula, mediante a realização de exames, uma de suas funções – a legitimação das desigualdades sociais através das desigualdades escolares. Os exames confirmam, na saída, os resultados de entrada. A função do exame tem sido, principalmente, o de selecionar os mais aptos para o desempenho social e para a ocupação de posições de poder destinadas a uma minoria da população (HILDEBRAND, 1984, p.15).

O exame é um rito de passagem da instituição escolar, entre os níveis de ensino, mas também para acesso às diferentes atividades de profissionais. Belhoste (2002, p. 5) considera o exame uma instituição social, especialmente após os anos 1920, quando a “ciência dos exames” ou docimologia¹ busca trocar as provas tradicionais pelos testes. Os resultados dos exames, provas ou testes têm sido historicamente um indicativo do funcionamento da instituição escolar, pois fornecem dados para um veredito ou julgamento do aproveitamento dos alunos, isto é, o mérito de cada aluno ou candidato. Dessa forma, considera que os exames têm uma função social (recrutamento de funcionários para posições de prestígio) e uma função escolar, mas ambos têm por meta classificar e selecionar os “melhores”. Portanto, controlar a formação e o ensino, regular o acesso aos níveis de ensino e ao próprio sistema social.

É um rito da instituição, que estabelece uma qualificação cultural e/ou um capital escolar, classificando coletivamente os indivíduos, definindo o mérito de cada um pelo sucesso no exame, atestando competências adquiridas e/ou atitudes para adquirir novas, com

¹ Estudo crítico dos procedimentos clássicos de seleção fundados sobre exames e concursos de ordem escolar; processo de cientificização, estandarização e medicalização dos exames. Sobre as origens da “ciência dos exames”, ver MARTIN (2002).

o máximo de objetividade, que fará do exame uma medida científica das atitudes e fundamento de uma meritocracia escolar, ontem como hoje (BELHOSTE, 2008, p.319).

Para Bourdieu (2008, p.19)

Quanto maior for o reconhecimento das competências avaliadas pelo sistema escolar, e quanto mais “escolares” forem as técnicas utilizadas para avaliá-las, tanto mais forte será a relação entre o desempenho e o diploma que, ao servir de indicador mais ou menos adequado ao número de anos de inculcação escolar, garante o capital cultural, quase completamente, conforme ele é herdado da família ou adquirido na escola; por conseguinte trata-se de um indicador desigualmente adequado deste capital.

Bisseret (1971, p.52), ao tratar da “Ideologia das Aptidões Naturais”, afirma que a ciência dos testes permitia que “duas exigências dificilmente conciliáveis se tornassem compatíveis: de um lado, a necessidade de oferecer para todos oportunidades iguais, e, de outro, a necessidade de manter as desigualdades de posição profissional e social”, justificando com apoio científico uma ordem social assim legitimada. Também para Martin (2002, p. 191), a função social da seleção e a finalidade do exame é controlar os resultados do sistema, selecionar as capacidades do aluno individualmente e direcioná-los na progressão escolar e/ou às diversas atividades humanas.

Cabanel (2002), ao analisar o “certificat d’études” na França, destaca sua importância para os estudos sobre identidade escolar, pois considera que tem um significado político, define o cidadão, pois é o verdadeiro reconhecimento social. Constitui-se em um rito de passagem e de mérito, que para muitos significa a entrada no mundo de trabalho. Outra dimensão assumida pelos exames foi obrigar a frequência dos alunos à escola e completar os estudos mínimos, já que o certificado passava a ser um crédito para a colocação profissional².

Cada exame tem uma história particular. A Educação Brasileira utiliza os exames - orais e/ou escritos - em diferentes níveis e graus, tradição que remonta o século XIX com os “épicos exames preparatórios” ou “exames parcelados” de estudos livres, desembocando nos exames de Estado, fora do processo, realizados somente no colégio Pedro II e, posteriormente, nos Liceus das Províncias, ao conseguirem equiparação com o colégio padrão³. A função inicial dos exames preparatórios era a seleção para ingresso no ensino superior. Mais tarde, tais exames passaram a caracterizar-se como exame de conclusão de estudos secundários.

² Cabanel (2002) também assinala que na França os historiadores tem se debruçado pouco sobre o tema. Podemos assinalar os estudos mais recentes: CABANEL (2002); SAVOIE (2000); BELHOSTE (2002); BÉTUS & BÉTUS (2010); GIMARD (2009).

³ Sobre exames preparatórios no século XIX e Primeira República, ver KULESZA (2011).

Posteriormente, os exames preparatórios foram substituídos pelos “exames de madureza”⁴, que permitiam a obtenção da conclusão do curso completo com grau de bacharel. Realizavam os exames, em primeira oportunidade, aqueles que haviam frequentado a escola regular, e, em segunda época, aqueles que não haviam freqüentado (HILDEBRAND, 1984, p. 21). Esses exames seriam abolidos somente com a Reforma Francisco Campos de 1931.

O Decreto n. 8.659, de 5 de abril de 1911, que aprova a lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República, estabelece que, para requerer matrícula no Colégio Pedro II, o candidato deve ter 12 anos de idade, no mínimo, e, para a secção do Internato, 14 anos, no máximo; que se acha habilitado a empreender o estudo das matérias do curso fundamental. Para isto, o candidato se sujeitará a um **exame de admissão**, que constará de prova escrita em que revele conhecimento da língua vernácula (ditado, análises, lexicológica e sintática) e prova oral, que versará sobre leitura com interpretação do texto, rudimentos da língua francesa, de corografia e de história do Brasil, e toda a parte prática da aritmética elementar.

Em 1931, esse exame é instituído em caráter nacional, permitindo a passagem do primário para o ginásio, sendo adotado até a lei 5692/1971, que reforma o ensino de 1º e 2º graus, quando o primário e o ginásio são integrados como 1º Grau⁵. Para Minhoto (2008, p.449), o exame “legitimou um padrão específico de recrutamento de alunos e camuflou a existência de barreiras institucionais no ensino elementar”, segmentando o sistema educacional. Até 1945, a legislação não exigia a formação primária para ingresso no ginásio, bastava o certificado de aprovação nos exames e classificação suficiente para obtenção de vaga em qualquer curso ginásial, especialmente nos estabelecimentos públicos.

O Decreto n. 19.890 - de 18 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do ensino secundário, no capítulo III, artigo 18, dispõe que o candidato à primeira série do curso ginásial prestará exame de admissão na segunda quinzena do mês de fevereiro; também regulamenta que os candidatos devem ter a idade mínima de 11 anos (Art. 19.) e que constará de provas escritas de português (redação e ditado) e de aritmética (cálculo elementar), e de

⁴ O exame de madureza foi regulamentado pelo decreto federal n. 2.301, de 1º de julho de 1896, como exigência exclusiva para ingresso nos cursos superiores.

⁵ Podemos localizar a inspiração para o estabelecimento dos exames de admissão ao ginásio na França. O estudo de Cabanel (2002) assinala que o exame de “certificat d’ études primaires” foi instituído em 1834 e suprimido oficialmente em 1989. Esse longo período é definido por ele como “a República” do certificado de estudos.

provas orais sobre elementos dessas disciplinas e mais sobre rudimentos de Geografia, História do Brasil e Ciências naturais (Art. 22).

Uma das exigências dessa portaria exigia dar publicidade aos exames, desde o edital até a publicação classificatória dos resultados. As escolas deveriam fixar na porta dos estabelecimentos e ou publicar em periódicos os editais, com o período de inscrição e os documentos necessários, datas, horários e locais de realização das provas escritas e orais. Por exemplo, O Colégio Farroupilha (Porto Alegre/RS) publica, na revista “Relatório mensal do Ginásio Teuto-Brasileiro Farroupilha” (out/nov. de 1939, p.9-14), com todas as instruções: taxas a serem pagas pelo candidato (15\$000)⁶; modelo de requerimento; documentos necessários (certidão de registro civil, atestado de sanidade, atestado de vacinação anti-variólica); programa de cada disciplina; os critérios para obtenção da nota final de aprovação (igual ou superior a 50); as datas dos exames em primeira época (dezembro)⁷ e em segunda época (fevereiro); informações sobre os procedimentos de matrícula, em caso de aprovação. A taxa cobrada era distribuída da seguinte forma: 20% dos recursos iam para o patrimônio do estabelecimento, 70% iam para a banca e 10% ficavam com o inspetor (MINHOTO, 2008, p.460).

É interessante observar o “Conselho aos pais” dado pela escola:

É aconselhável que os srs. Pais de alunos da 5ª série do Curso Primário consultem os respectivos professores regentes se o aluno está convenientemente preparado para prestar exame em dezembro, ou se é preferível prestá-lo em fevereiro, para que possa fazer nas férias escolares uma revisão do programa, ou, ainda, se é aconselhável a repetição da 5ª série, em virtude de seu preparo deficiente. Cumpre notar que, se as férias escolares não forem devidamente aproveitadas com um estudo consciencioso, o aluno fatalmente apresentar-se-á em fevereiro menos preparado do que em dezembro. (Relatório Mensal, ano XI, n.8/9, out/dez.1939, p.13)

O certificado de aprovação no exame de admissão, que era rubricado pelos inspetores e garantido oficialmente pela estampilha federal, “tornava-se um passaporte para novos caminhos, permitindo o sujeito galgar posições de respeito e reconhecimento social” (Minhoto, 2008, p. 459).

⁶ A Portaria de 18 de novembro de 1932 estabelece o pagamento de taxas e de requerimento de inscrição nos exames: 2\$000, sob estampilha federal. O valor de um almoço equivalia, na época, a 50\$000. Em moeda de hoje, 15\$000 equivale a R\$ 5,45. O valor parece baixo para os padrões atuais, no entanto, para época representava um custo para as classes menos favorecidas, contribuindo para o estreitamento da pirâmide educacional e de seleção para a realização dos exames.

⁷ Minhoto (2008, p.460) assinala que, para Capanema, os exames em dezembro seriam exclusivos para os alunos matriculados no ensino primário, nas instituições autorizadas a realizar os exames.

A Circular nº. 13 de 3 de dezembro de 1940, da Divisão de Ensino Secundário, permite verificar quais eram as orientações a serem seguidas relativamente aos exames escritos e orais: "Aos exames escritos, de caráter eliminatório, deve ser dada a maior importância, pois são de fato os que permitem aferição mais exata das condições reais do candidato ao curso secundário. (...) É importante apreciar o desembaraço caligráfico, devendo ser diminuída a nota das provas que assim não se apresentem" (apud MACHADO, 2002). Os exames orais deviam ter como "principal objetivo apurar o grau de desenvolvimento da linguagem expressiva do candidato, depois de ter sido ele submetido, nas provas escritas, à mesma apuração no que diz respeito à linguagem receptiva. Assim, cumpre não tornar demasiadamente memorista o caráter destas provas (...)" (PESSANHA; DANIEL, 2006, p. 4.359).

Durante esse período de mais de quarenta anos, o exame de admissão representou um verdadeiro obstáculo para a continuidade dos estudos e o término da escolaridade para uma grande parcela da população. Portanto, tanto certificava os resultados do ensino primário, como selecionava os aptos a entrar no primeiro ciclo do ensino médio – ginásio. O exame podia ser realizado no final da quarta série do ensino primário, com idade mínima de 11 anos, com provas escritas eliminatórias, de Português e Aritmética (nota mínima 50), e orais de Português, Aritmética, História do Brasil, Geografia e Ciências.

Para Schwartzmann et alii (1984, p.191), os exames de admissão criavam problemas para as crianças que não entravam no ensino médio e não podiam trabalhar, pois a legislação trabalhista estabelecia como idade mínima para trabalhar 14 anos, decorrendo um "hiato nocivo". A Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) propõe ao Ministro do Trabalho a redução da idade mínima, para que "as crianças possam ser salvas da marginalidade". A instituição da 5ª série ou Admissão foi uma estratégia de preparar e retardar a entrada no primeiro ciclo do ensino médio. Na década de 1930, alguns colégios elementares e grupos escolares tinham 6ª ou 7ª série, como uma alternativa para ampliação da escolaridade.

O presente estudo visa abordar um aspecto dos exames de admissão ao ginásio no Brasil: a produção e circulação de manuais especialmente destinados a preparar os alunos para as provas, representando um expressivo mercado editorial, nas décadas de 1950 a 1970. No Brasil, o tema tem sido pouco explorado pelos pesquisadores em história da educação⁸.

⁸ Há várias pesquisas que analisam as provas de exame de admissão, especialmente de matemática e de português. A maior parte das pesquisas está vinculada ao GHEMAT/UNIFESP - Grupo de Pesquisa de História

MANUAIS PARA O EXAME DE ADMISSÃO

Quem estava no final do quinto ano primário tinha que fazer o exame de admissão ao ginásio. Por volta dos 11 anos, os estudantes deixavam o grupo escolar e iam para o novo colégio, quase sempre maior. Antes, porém, o suplício das provas de Redação, Gramática, Matemática, Geografia e História, com duas notas cada: a da prova escrita e a da oral. Os professores chamavam os alunos para, depois da parte escrita, sortear algumas perguntas que deviam ser respondidas na hora. Que sufoco! Quem passou por isso está marcado para o resto da vida. Na redação, a gente descrevia uma gravura exposta na frente de todos os que queriam ser admitidos no ginásio. Na prova oral de Português, as perguntas eram sobre as regras gramaticais. Morriamos de medo das questões sobre análise sintática e crase.

Quando a gente era aprovado, ultrapassando também o terror das perguntas escritas e orais de Matemática, acidentes geográficos e datas históricas, começava a deixar de ser criança. Havia tanta coisa para se fazer no ginásio que as brincadeiras na praça, os gibis e os álbuns de figurinhas foram ficando distantes de nós. E, com a invenção da cola plástica, nunca mais usamos goma arábica. (URBIN, 2004, p. 82)

As memórias de Carlos Urbin expressam as lembranças do exame de admissão no seu processo de escolarização, realizado quando estava na quinta série em 1959. Em 2008, o autor publica “Admissão ao Ginásio”, que teve por mote o livro de texto adotado pelos professores da quinta série – “Admissão ao Ginásio”, da Editora Brasil S/A, que em 1958 estava em sua 186ª edição.

De março a dezembro, todas as atenções dirigidas ao livro de textos adotado pelas professoras da época, com 382 páginas de Português, Matemática, geografia e História do Brasil. De capa dura, reluzente, tabelas, mapas, gravuras. Beleza. Mas era preciso estudar e re-estudar tudo aquilo até o dia dos exames escritos e orais. (URBIN, 2008, p.8)

Os exames de admissão motivaram a produção de uma significativa literatura escolar especialmente para preparar os alunos, com autores consagrados. Podemos identificar alguns tipos: manuais do último ano do ensino primário, que trazem o título “exame de admissão”, englobando todas as disciplinas, questões e/ou exercícios; obras constituídas de conjuntos de exames já realizados e/ou questões; manuais que englobam as duas características anteriores; manuais com uma ou duas disciplinas do programa de exames. Os títulos variam - Admissão ao Ginásio (Editora Brasil), Programa de Admissão (Companhia Editora Nacional), Curso de

da Educação Matemática da Universidade Federal de São Paulo, sob coordenação de Wagner R. Valente. Sobre, ver PESSANHA; DANIEL (2002; 2006); VALENTE (2001); MACHADO (2002); Pinto (2008).

VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.

Admissão (Francisco Alves), Minhas Lições (Francisco Alves), Curso Moderno de Admissão (Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas)

Também foram produzidos livros de leitura especialmente para os exames. Pessanha e Daniel (2006, p. 4.355), assinalam a influência que as provas de Português, nos Exames de Admissão ao Ginásio, exerciam no ensino da língua materna, no então denominado Curso Primário, o que pode ser constatado em vários livros didáticos especialmente elaborados para tais exames, entre os quais merece destaque o intitulado “Terra Bandeirante”, de Theobaldo Miranda Santos, Coleção Livros Infantis, da Livraria Agir Editora (2ª edição, 1962), organizado para as escolas primárias do Estado de São Paulo. Também podemos citar o “Livro de Leitura (para os cursos de admissão ao ginásio), de Olavo Bilac e Manoel Bomfim (Francisco Alves, edição atualizada, 1942).

O objetivo desse estudo é analisar alguns dos manuais de maior circulação nacional nas décadas de 1940 a 1970, que consagraram seus autores, a partir do *corpus* documental que organizamos, ainda embrionário, que repertoriou quinze manuais, dos quais priorizamos dois, citados em muitas memórias de alunos que frequentaram a escola no período.

I. Admissão ao Ginásio

A obra “Admissão ao Ginásio”, de autoria de Aída Costa (Português), Marcius Brandão (Moderna Matemática), Renato Stempniewski (Geografia), Aurélia Marino (História do Brasil), foi editada pela Editora do Brasil⁹, em 1952. Até 1969, houve 548 edições¹⁰.

Quanto à materialidade, a obra apresenta capa dura, no tamanho 19 cm x 13 cm. Não há indicação da data de edição dos volumes, mas na contracapa aparece impresso a edição correspondente e o número do exemplar. Também não foi possível ter dados sobre a tiragem de cada edição. Não tendo acesso a exemplares de todas as edições, é possível perceber que houve mudanças. Localizamos, até o momento, duas capas diferentes:

O número de páginas também variou de edição para edição, de 382 páginas a 524 páginas, o que permite depreender que houve edições revistas e atualizadas. Para cada disciplina há uma folha de rosto, colorida, com indicação do autor. Há inúmeras gravuras coloridas, retratos, mapas, etc. O exemplar examinado traz folhas arrancadas (p.379);

⁹ A Editora Brasil é criada em 5 de agosto de 1943, pelo médico Carlos Costa e um grupo de seis professores responsáveis pela execução do programa de livros didáticos da Cia Editora Nacional (HALLEWELL, 2005, p.367). Sobre, ver: <http://www.editoradobrasil.com.br/lojavirtual/editora-brasil-02.asp>

¹⁰ Até o momento, não foi possível determinar o ano da última edição nem a tiragem de cada uma.

recortadas (421 e 513), assim como, pétalas de flores secas, folhas de caderno, e poucas marcas de interferência ou de uso do leitor.

II. Programa de Admissão

A obra “Programa de Admissão”, de autoria de Aroldo de Azevedo (Geografia)¹¹, Joaquim Silva¹² e José A. Penteadó (História), José Cretella Jr (Português) e Oswaldo Sangiorgi (Matemática)¹³, editado pela Companhia Editora Nacional¹⁴, de 1956 até os anos iniciais de 1970. Neste período, localizamos vinte e oito edições, algumas inteiramente revistas e ampliadas (3ª, 6ª, 10ª). A partir de 1968, consta na capa “Nova com matemática moderna”, adequando o manual aos novos programas para o ensino da matemática. Também ocorreu alteração dos autores responsáveis: Domingos Paschoal Cegalla (Português) substituiu José Cretella. Na edição de 1962 (9ª ed), consta uma coordenação geral da obra, a cargo de J. B. Damasceno Penna.

Quanto à materialidade, a obra apresenta capa dura, cujo tamanho variou de 19/21 cm x 14/16 cm. A capa das primeiras edições apresenta grafismos e elementos estilizados de signos de cada disciplina (acrópole, mapa mundi, livro e a pena, geometria; mudando somente a coloração de fundo). De uma edição para outra, o que muda é a cor: verde escuro, verde claro. Essa capa foi projetada Walter Levy.

A partir da quarta edição (1958), a capa e contra capa passam a retratar a imagem de crianças uniformizadas; na capa interna, a imagem de dois estudantes de guarda-pó branco; na divisão das matérias é introduzida também uma capa com imagens. A capa é um projeto de Manoel Victor Filho

¹¹ Para Barbosa (2010, p.3), é significativa a produção acadêmica de Aroldo de Azevedo, no período compreendido entre 1934 e 1974, publicou 127 livros e artigos. Do total, 23,6%, ou seja, trinta títulos correspondem a livros didáticos. A primeira obra didática de Aroldo de Azevedo, aliás seu primeiro livro, publicado em 1934 pela Companhia Editora Nacional, teve tiragem de 10.000 exemplares e foi rapidamente acolhida nas escolas. A partir de então, outros 29 títulos e 12 milhões de livros foram publicados, sempre pela mesma editora. Os livros didáticos de Aroldo de Azevedo, em sua maioria, eram destinados ao público ginásial e colegial. Apenas um título foi orientado para o antigo ensino primário.

¹² Joaquim Silva, autor republicano, liberal, católico, conservador, apresenta em suas obras visões históricas consensuais, próximas dos trabalhos produzidos pelo IHGB e pelo IHGSP. Atento às normatizações educacionais, seus livros seguiam integralmente os programas oficiais da disciplina a cada nova normatização. Buscando interlocutores dentro e fora das salas de aula, a narrativa histórica trabalhava as memórias nacionais para a cristalização de projetos do presente e futuro. (MARTINS, 2007, apud Pinto Jr, 2011, p). Sobre Joaquim Silva, ver Pinto Jr (2010, 2011).

¹³ Sobre Oswaldo Sangiorgi, ver VALENTE (2008).

¹⁴ A Companhia Editora Nacional, de Octalles Marcondes Ferreira, sucessora de Monteiro Lobato e Cia, de 1921 até princípios da década de 1970, ocupou a liderança entre as empresas brasileiras dedicadas exclusivamente à edição de livros. Sobre, ver TOLEDO (2010).

Para a parte gráfica, desde a primeira edição, teve como responsáveis pelos cartogramas João Soukup (Geografia) e Thomaz Aquino de Queiroz (História do Brasil); pelas fotografias Jack Pires e Armando Campagna; pelas ilustrações Otto R. Bendix, J.U. Campos, Augustus, E. Ruiz e Belmonte.

Quanto à tiragem, a 1ª edição assinala 50.000 exemplares, chegando à edição de 1965 (12ª ed.) com 160.000 livros. No número de páginas houve pouca variação, de 349 a 379. Mas internamente quanto ao conteúdo não se percebe alterações significativas ao longo do período editado.

O livro inicia com a Portaria n. 501, de 19 de maio de 1952, que expede Instruções sobre o Ensino Secundário, estabelece o programa mínimo das disciplinas português, matemática, geografia e história para os exames. Esse procedimento informa que os autores se adequaram às normas oficiais. A seguir vem o Índice, que atende, sequencialmente, as determinações dessa portaria, quanto aos conteúdos a serem abordados.

Tomando como exemplo a segunda edição (1956/57), as matérias nas 349 páginas da obra se distribuem da seguinte forma: português ocupa 96 páginas, sendo que 15 páginas apresentam gravuras coloridas para a redação, com a orientação “Escreva uma história sobre esta gravura”; geografia ocupa 59 páginas (p.97 a p.156); história do Brasil, 67 páginas (p.157 a p. 224); matemática, 124 (p.225 a p.349). Todas as disciplinas apresentam muitas ilustrações e/ou imagens ao longo do texto. O fato de a matemática ocupar uma maior número de páginas, decorre tanto de o conteúdo ser mais extenso como da preocupação com essa disciplina, por representar a maior dificuldade para os alunos, em geral.

Cada disciplina segue um padrão de organização para cada tema abordado. Todas se iniciam com a orientação específica para as provas escritas e orais, estabelecidas pela legislação:

Português

a) Orientação sobre a prova escrita:

1. Ditado de cerca de 15 linhas (autor brasileiro contemporâneo), ao qual, no julgamento, deverão ser atribuídos no máximo 3 pontos;
2. Seis questões objetivas de gramática, referentes ao ditado, e abrangendo o programa da disciplina, às quais, no julgamento, serão atribuídos até 4 pontos.

b) Orientação sobre a prova oral:

1. Leitura expressiva de um trecho de 15 a 20 linhas de autor contemporâneo;
2. Interpretação do trecho lido;
3. Questões objetivas de gramática.

Para o Português, cada lição compõe-se de um texto de leitura de autor consagrado, seguido do estudo do vocabulário, exercícios de sinônimos, elementos de gramática e questionário. Cada tema, vinte e quatro ao todo, ocupa em média duas a quatro páginas. Depois dessas lições, consta dez trechos curtos (de 15 a 20 linhas) de textos selecionados para o exercício de ditado. Para a redação, antes das imagens de apoio, consta a seguinte observação:

Como se disse, o Exame Escrito de Português constará de 3 partes: a) Ditado; b) Questões objetivas de gramática; c) Redação baseada numa estampa sorteada. A redação será de preferência uma Historieta imaginada pelo aluno, com apoio no material fornecido pela estampa. A seguir daremos uma série de estampas que servirão para exercícios aos estudantes. (AZEVEDO et alii, 1957, p.80)

As imagens de apoio para os exercícios de redação eram em tamanho pequeno, ocupando uma página. Nas salas de aula eram em tamanho grande, compondo a decoração das paredes ou presos em cavaletes. Essas redações deviam descrever a imagem, diferindo de uma história criada pelo aluno.

Para o estudo da Geografia, as orientações oficiais estabelecem:

Geografia

a) Orientação sobre a prova escrita:

A prova escrita de Geografia constará de 20 (vinte) questões simples e objetivas, sobre o programa da disciplina, das quais dez sobre Geografia do Brasil. No julgamento em conjunto da prova serão atribuídos até 10 (dez) pontos.

b) Orientação sobre a prova oral:

A Prova oral constará de argüição sobre um ponto sorteado dentre 20 (vinte), formulados sobre a matéria constante do programa.

O manual apresenta o conteúdo em cinco unidades: o universo, o nosso mundo, as partes do mundo e seus países, o Brasil, as regiões brasileiras. Para cada uma, inicialmente é desenvolvido o tema, em tópicos, com inúmeras ilustrações e mapas (coloridos e em preto e branco); seguido de extenso questionário e exercícios de completar e identificar erro nas frases.

O exame de admissão em História do Brasil tem a seguinte orientação:

História do Brasil

a) Orientação sobre a prova escrita:

A prova escrita de História do Brasil constará de 20 (vinte) questões simples e objetivas sobre o programa da disciplina, devendo dez das referidas questões versar sobre o Brasil Independente. No julgamento em conjunto da prova serão atribuídos até 10 (dez) pontos.

b) Orientação sobre a prova oral:

A prova oral constará de argüição sobre um ponto sorteado dentre 20 (vinte) formulados sobre a matéria constante do programa.

O conteúdo é desenvolvido em dezessete unidades. Cada uma aborda o tema, as principais datas, questionários, exercícios (completar, assinalar a resposta correta, relação entre duas colunas), leitura (biografias de personagens principais de cada unidade).

Na Matemática, conteúdo é desenvolvido em três capítulos, cada um com vários subitens. Cada item apresenta o conteúdo, exercícios ou problemas modelos; exercícios com resposta abaixo. Algumas unidades ainda constam de análise de problemas modelos ou “método de resolução de problemas sobre...”. As orientações para o exame são:

Matemática

a) Orientação sobre a prova escrita:

1. Cinco questões simples, sob a forma de problema, às quais, no julgamento em conjunto, deverão ser atribuídos até 5 pontos.
2. Cinco questões de caráter prático imediato, compreendendo o programa da disciplina, às quais, no julgamento em conjunto, deverão ser atribuídos até 5 pontos.

b) Orientação sobre a prova oral: A prova oral constará de arguição sobre um ponto sorteado dentre 20 (vinte), formulados sobre a matéria constante do programa.

MEMÓRIAS

Os exames estão começando.
Português é a primeira prova.
De manhã, a escrita. De tarde, a oral.
Nos dias seguintes, as outras matérias.
Os alunos de Dona Vilma são pura ansiedade.
Ela não estará por perto, para acalmar
e dar tranquilidade aos mais nervosos.
As provas não são feitas no grupo escolar.
É conforme a escola em que cada um se inscreveu.
(URBIM, 2008, p.68-70)

Nunca vou esquecer
do dia que fiz exame de admissão
e a primeira questão era
qual é o plural de qualquer?
Alberto Villas (2010, p.184)

Assim como Alberto Villas e Carlos Urbin, o exame de admissão também marcou as memórias de outros estudantes, em diferentes espaços e tempos do século XX.

Ricardo Chaves (2011) recorda que a “responsável pelo seu maior êxito escolar foi Dona Florinda, sua professora de quinto ano primário e que o preparou para o exame de admissão, comparando-o com “uma espécie de vestibular”.

Eu era candidato a uma vaga na Escola Técnica Parobé, uma das mais difíceis e concorridas. Conta a lenda que, entre os 800 pretendentes, me classifiquei em décimo primeiro lugar. Nunca mais fiz nada parecido. Valeu, Dona Florinda!! (2011, p.39).

A propaganda da obra “Curso de Admissão”, do professor Máximo de Moura Santos, afirma que “para um feliz exame de admissão ao ginásio são necessários um bom professor e um bom livro”. O encaminhamento para uma preparação mais sólida para enfrentar o exame fez parte do histórico escolar de muitos dos candidatos, em aulas particulares, na casa dos professores, ou em cursinhos especializados. Essa preparação era concomitante com o último ano do curso primário, podendo ser de um semestre ou um ano.

Maria Aparecida Franco Pereira (2011), recordando a trajetória escolar, diz que em sua família havia a ideia de que uma boa educação primária era suficiente para a mulher. Rompendo com essa premissa, afirma que arrumou a documentação para o exame de admissão e que sua mãe a “encaminhou a um cursinho de um mês no Liceu Brasil (...), perto de onde eu morava” E acrescenta, “posteriormente, nas minhas pesquisas, descobri que era um estabelecimento que preparava bem para o curso de admissão” (2011, p. 44).

Ester Buffa, em suas memórias da escola, diz que Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde Pública de 1934 a 1945, considerava o exame de admissão “como a estrada real para a universidade” (2011, p.74). Portanto, altamente seletivo e uma barreira para a continuidade dos estudos. A autora cita que de sua turma, com quase quarenta crianças, somente duas se apresentaram ao exame e foram admitidas no Ginásio. Relata o preparatório que frequentou para a realização do exame, em que foi aprovada:

D. Elisa tinha fama de preparar seus alunos para o exame (...) e sua taxa de aprovação era das mais altas. As aulas eram ministradas numa ampla sala de sua casa, um prédio antigo, arejado, confortável. Os alunos sentavam-se em volta de uma grande mesa e, depois, como a clientela aumentasse, também em mesas menores ao redor. Sem nenhum quadro negro, apenas com folhas de papel, onde, por vezes, escrevia alguma palavra ou equação mais difícil, ela conseguia manter o silêncio e garantir a aprendizagem dos 25 alunos, meninos e meninas, aos 10 ou 11 anos. Foi uma experiência escolar diferente de todas as outras que vi e vivi. Frequentei o preparatório da D. Elisa (pela manhã) juntamente com o 4º ano do grupo escolar (à tarde). (BUFFA, 2011, p.75)

Jacques Velloso (2011, p.110) também recorda de seu “cursinho” preparatório aos exames:

ingressei no cursinho de D. Stefani, de origem húngara e tida como excelente preparadora. As aulas se realizavam nos fundos de sua casa em Copacabana, com uma turma pequena, menos de dez alunos sentados em dois longos bancos de madeira ao redor de uma comprida mesa rústica.

Brandão (2010, p.26), na biografia de Ruth Cardoso, assinala que sua mãe Mariquita preparava alunos para o exame em Araraquara/SP, nos anos 1940:

montou no quintal, numa edícula, a sala onde preparava alunos para o Exame de Admissão ao Ginásio. Uma sala com carteiras em fila e uma lousa. As aulas eram em geral reforço de português e matemática. Havia uma classe no período da manhã e outra à tarde. Não mais que quatro ou cinco alunos, em certas épocas um pouco mais. As aulas começavam às oito horas e iam até ao meio-dia, com um intervalo. (...) Na época dos exames de seus alunos, ela comparecia ao Ginásio para acompanhá-los, tinha uma dedicação total.

Também informa que no Boletim Geral de Exames de Admissão para o ano de 1942, do Ginásio Estadual, Ruth Cardoso figurou em primeiro lugar, com a média geral de 87 (BRANDÃO, 2010, p.27).

Zeila de Brito Fabri Demartini (2011, 57), em suas memórias da escola, lembra que teve que frequentar a quinta série do curso primário, visto que não tinha idade para fazer o exame de admissão. Além disso, destaca que era “considerado necessário fazer um curso de admissão, particular, para reforçar os conhecimentos e garantir aprovação no então rigoroso exame para admissão no curso ginásial”. Também Carlos Jamil Cury (2011, p.78), recorda que teve de fazer o “preparatório (privado e pago) para o terrível ‘exame de admissão’”.

Rosa Maria Bueno Fischer (2011, p. 195) lembra com emoção “a materialidade sensorial” do livro “Admissão ao Ginásio”, o primeiro e único livro didático do curso primário que teve:

É impossível deixar de registrar, igualmente, a memória da textura daquele pesado livro chamado *Admissão ao Ginásio*. Recordo que as folhas eram muito lisas, acetinadas, e que eu gostava de passar a mão sobre elas. De tanto folhear, de tanto estudar e manusear, as páginas costuradas iam ficando soltas, mas a verdade é que aquele livro era uma espécie de tesouro para mim. O papel tinha um cheiro especial, que muitas vezes em minha vida reconheci na experiência com outras obras.

AMPLIANDO....

Quanto aos manuais, objetos deste estudo, apresentamos uma análise, buscando identificar o corpus disciplinar necessário para ingressar no ginásio. É importante ainda analisar a relação entre o conteúdo dos manuais, os programas escolares e as questões de

provas. Temos como premissa que as Portarias e os manuais foram dispositivos de engessamento dos currículos, isto é, o programa dos exames passava a se constituir o programa mínimo para as escolas.

Um primeiro olhar sobre os exames de admissão ao ginásio permite perscrutar inúmeras possibilidades de pesquisa: outros manuais de significativa circulação nacional e/ou local; as provas – quem as elaborava, como era a sistemática de aplicação, quais tipos de questões, temas de redação e ditados, etc.; o ritual das provas; os resultados; outras memórias dos estudantes que se submeteram aos exames; os autores; os cursos particulares de preparação aos exames.

A história dos exames de admissão no Brasil, e, especialmente no Rio Grande do Sul, ainda está para ser escrita. Esse é o desafio que nos propomos e deixamos para outros pesquisadores.

Referências

- AZEVEDO et alii. Programa de Admissão. Companhia Editora Nacional, 1957.
- BARBOSA, Alexandre Marcos Lourenço. O Pensamento Geográfico de Aroldo de Azevedo – Um Brevilóquio. Acessível em:
<http://www.jornalonline.com.br/2010/arquivos/retrato-aroldo-azevedo>
- BELHOSTE, Bruno. L'Examen. Une institution scolaire. Revue Histoire de l'Éducation. Paris, n.94, mai. 2002, p. 5-16.
- BELHOSTE, Bruno. Examens et concours. In : ZANTEN, Agnès van (Dir.) Dictionnaire de l'éducation. Paris : PUF, 2008. p.316-320.
- BÉTUS, Monique; BÉTUS, Alex. Il était une fois le certificat d'études. Paris: Éditions CPE, 2010.
- BISSERET, N. A ideologia das aptidões naturais. IN: DURAND, J. Educação e Hegemonia de Classes. São Paulo: Mestre Jou, 1971.
- BOURDIEU, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: ZOUK, 2008.
- BRANDÃO, Ignácio de Loyola. Ruth Cardoso. Fragmentos de uma vida. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2010.
- BRASIL. Senado federal. Decreto n. 19.890 - de 18 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do ensino secundário. Acessível em:
http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm
- BRASIL. Decreto n. 8.659, de 5 de abril de 1911, que Approva a lei Organica do Ensino Superior e do Fundamental na Republica. Acessível em:
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>
- BUFFA, Ester. Tempo que passa e deixa a sensação de haver ficado. In: FISCHER, Beatriz Daudt (Org.). Tempos da escola: Memórias. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2011. p.67-80.
- CABANEL, Patrick. La Republique du certificat d'études. Histoire et anthropologie d'un examen. Paris: Belin, 2002.
- CARNET du Certificat d'études. Les Annales et corriges. Paris: De Borée, 2007.
- CHAVES, Ricardo. Uma escola à espera de carinho. Zero Hora, quinta-feira, 13 de outubro de 2011. P.38-39.

CURY, Carlos Jamil. Nos tempos da escola primária. FISCHER, Beatriz Daudt (Org.). Tempos da escola: Memórias. Vol. II. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2011. p. 73-82.

DELALAIN, P. Annuaire de la instruction publique 1871-1872. Paris: J. Delalain et fils, 1872.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Vivências juvenis : novos desafios. In : FISCHER, Beatriz Daudt (Org.). Tempos da escola: Memórias. Vol. II. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2011. p.55-63.

DURANDET, Daniel. Les livres de nos cartables. Paris: Editions, 2006.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Fragmentos amorosos de uma escola primária dos anos 50. In: FISCHER, Beatriz Daudt (Org.). Tempos da escola: Memórias. Vol. II. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2011. p.1189-198.

GIMARD, Jacques. Les cahiers du certif'. Décrochez le diplôme de vos grands-parents. Paris: Hors Collection, 2009.

HALLEWELL, Laurence. O Livro no Brasil: sua história. São Paulo: EDUSP, 2005. 2ªed. rev.ampliada.

HILDEBRAND, M.H.B. Deserdados da Educação Brasileira: análise das expectativas dos candidatos aos exames supletivos de 1º grau. Porto Alegre: PPGGE-UFRGS, 1984. Dissertação (Mestrado em Educação).

KULESZA, Wojciech Andrzej. O processo de equiparação ao Ginásio Nacional na Primeira República: o caso do Colégio Diocesano da Paraíba. Revista Brasileira de História da Educação/SBHE, Campinas/SP, v.11, n.2 (26), p.81-102, maio/ago 2011.

MACHADO, R.C.G. Uma análise dos exames de admissão ao secundário (1930-1970): subsídios para a História da Educação Matemática no Brasil. São Paulo: PUCSP, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática).

MARTIN, Jérôme. Aux origines de la "science des examens" (1920-1940). Revue Histoire de l'Éducation. Paris, n.94, mai. 2002, p. 177-199.

MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Articulação entre primário e secundário na era Vargas: crítica do papel do Estado. Educação e Pesquisa, v.34, n.3, set/dez.2008. PP. 449-463.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. Trajetória de vida escolar de uma professora. In: FISCHER, Beatriz Daudt (Org.). Tempos da escola: Memórias. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2011. P.41-51

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges. História da Cultura Escolar através dos exames. O caso dos exames de admissão ao ginásio. Interveio. Campo Grande/MS, v.8, n.16, p.4-15, 2002.

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges. A prova de Português nos Exames de Admissão ao Ginásio na escola Estadual de São Paulo. In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia: UFU, 2006. p.4355-4364. Acessível em http://www.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/395EurizeCaldasPessanha_MariaEmiliaBorges.doc.pdf

PINTO Junior, Arnaldo. Livros didáticos de História e a educação moderna dos sentidos: uma análise das obras de Joaquim Silva. In: Anais do Vi Congresso Brasileiro de História da Educação: Invenção, tradição e escritas da História da Educação no Brasil. Vitória/ES, EdUFES, 2011. CdRom. 12p.

PINTO JR., Arnaldo. Professor Joaquim Silva, um autor da história ensinada do Brasil: livros didáticos e educação moderna dos sentidos (1940-1951). 2010. 260 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PINTO, Neuza Bertoní. Cultura escolar e práticas avaliativas: uma análise das provas de matemática do exame de admissão ao ginásio. In: VALENTE, Wagner Rodrigues (org.). Avaliação em matemática: história e perspectivas atuais. Campinas, SP: Papyrus, 2008. P.39-74.

Relatório Mensal do Ginásio Teuto-Brasileiro Farroupilha (out./nov. 1939).

SANTOS, Theobaldo Miranda, Coleção Livros Infantis, da Livraria Agir Editora. 2ª edição, 1962.

SANTOS, Wilson dos. *A obra de Aroldo de Azevedo – Uma avaliação*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas – Unesp, Rio Claro, 1984, 94 p.

- SAVOIE, Philippe. Quelle histoire pour le certificat d'études? Histoire de l'éducation. SHE, n.85, janvier 2000. P.49-72.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.
- SCLIAR, Moacyr. Eu vos abraço, milhões. São Paulo: Cia das letras, 2010.
- TOLEDO, M. R. A. A Companhia Editora Nacional e a política de editar coleções (1925-1980): entre a formação do leitor e o mercado de livros. In: Márcia Abreu; Anibal Bragança. (Org.). O Impresso no Brasil. 1 ed. São Paulo: Unesp, 2010, v. 1, p. 1-15.
- URBIM, Carlos. *Goma Arábica*. Porto Alegre: Editora Escritos, 2004, 84 p.: il.
- URBIN, Carlos. Admissão ao Ginásio. Porto Alegre; Escritos, 2008. 88p.:Il.
- VALENTE, Wagner Rodrigues. Os exames de admissão ao ginásio: 1931-1969. São Paulo, PUC/SP (Arquivos da Escola Estadual de São Paulo), 3 CDs., 2001.
- VALENTE, Wagner Rodrigues (Org.) Avaliação em matemáticas: história e perspectivas atuais. Campinas/SP: Papirus, 2007.
- VALENTE, Wagner Rodrigues. Osvaldo Sangiorgi: um best-seller. In: VALENTE, Wagner R. (Org.) Osvaldo Sangiorgi: um professor moderno. São Paulo: Annablume/CNPq/GHEMAT, 2008.
- VELLOSO, Jacques. Tempos de escola: apontamentos de esparsas lembranças. In: FISCHER, Beatriz Daudt (Org.). Tempos da escola: Memórias. Vol. II. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2011. p.107-114.
- VILLAS, Alberto. Onde o tempo foi parar? São Paulo: Globo, 2010.